

JORNALISMO EM CONTEXTO DE CRISE SANITÁRIA: REPRESENTAÇÕES DA PROFISSÃO E EXPECTATIVAS DOS JORNALISTAS

Carlos Camponez

Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Madalena Oliveira

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

RESUMO

As dificuldades económicas das empresas mediáticas, as derrapagens ético-deontológicas, o progresso tecnológico e a globalização dos fluxos de informação têm sido encarados como os principais fatores da crise contemporânea do jornalismo. Com repercussões nas condições de trabalho e na imagem pública dos jornalistas, estas variáveis são, no entanto, apenas a face mais visível das ameaças a uma atividade que tem, segundo Nelson Traquina (2002), uma relação simbiótica com a democracia. Na extensão destas circunstâncias económicas, sociais e culturais estão também as expectativas dos próprios profissionais. Numa ocupação tantas vezes descrita como apaixonante, a situação profissional parece ser cada vez menos gratificante, não só pela diminuição das oportunidades de trabalho, com redações cada vez mais esvaziadas, mas também pela falta de perspetiva de progressão na carreira. Este é um dos resultados do “Estudo Sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19”, realizado entre maio e junho de 2020. Com um enfoque particular na leitura das expectativas dos jornalistas, neste artigo analisamos as representações simbólicas de uma profissão que fundou a sua legitimidade social numa ideia de serviço público. A partir de estudos acerca da profissão e das suas representações, procurámos encontrar respostas para compreender a razão pela qual a aceitação da precarização e o abandono da profissão podem ser entendidos, ainda assim, como lugares de resistência.

PALAVRAS-CHAVE

representações, expectativas, jornalismo, crise, economia dos média

JOURNALISM IN THE CONTEXT OF A SANITARY CRISIS: REPRESENTATIONS OF THE JOB AND JOURNALISTS' EXPECTATIONS

ABSTRACT

The economic difficulties of media companies, ethical-deontological lapses, technological progress and the globalisation of information flows have been seen as the main factors of the contemporary crisis in journalism. With repercussions on working conditions and the public image of journalists, these variables are, however, only the most visible face of threats to an activity that, according to Nelson Traquina (2002), has a symbiotic relationship with democracy. Beyond these economic, social and cultural circumstances are also the expectations of the professionals

themselves. In an occupation so often described as passionate, the professional situation seems to be less and less rewarding, not only due to the decrease in job opportunities, with newsrooms increasingly empty, but also due to the lack of perspective on career progression. This is one of the results of the “Study on the Effects of the State of Emergency on Journalism in the Context of the Covid-19 Pandemic”, conducted between May and June 2020. With a particular focus on reading journalists’ expectations, in this article we analyse the symbolic representations of a job that founded its social legitimacy on an idea of public service. Based on studies about the profession and its representations, we tried to find answers to understand why the acceptance of precariousness and abandonment of the profession can still be understood as places of resistance.

KEYWORDS

representations, expectations, journalism, crisis, media economy

INTRODUÇÃO

Os estudos jornalísticos, que são, na verdade, anteriores à formalização da área das ciências da comunicação que hoje os compreende, têm produzido uma diversidade de olhares sobre o jornalismo e os jornalistas, com enfoque nas práticas de produção, nos discursos, nos géneros e estratégias narrativas, nos efeitos das notícias, nos perfis profissionais e nas questões de regulação ética e deontológica. Marcados pelo reconhecimento de que o jornalismo é uma atividade complexa — intelectual e criativa, que “supera largamente o domínio das técnicas jornalísticas”, no dizer de Nelson Traquina (2002, p. 11) — e com grandes responsabilidades sociais, os estudos sobre o jornalismo têm, no entanto, relegado para segundo plano a reflexão sobre as representações, as expectativas e as vivências que os jornalistas têm da profissão. O facto de se tratar de uma dimensão subjetiva, por vezes mesmo mitificadora, acerca das representações do jornalismo, poderá justificar essa secundarização. Para além disso, o estudo desta dimensão implica abordagens metodológicas diferenciadas, morosas, extensivas no tempo e, por vezes, de resultados incertos, relativamente a outras análises mais objetivantes sobre a situação socioprofissional dos jornalistas.

Embora não fosse o seu propósito específico, o “Estudo Sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19”, realizado entre maio e junho de 2020, no âmbito da Rede Interuniversitária de Estudos Sobre Jornalistas, procurou perceber quais as perceções e as expectativas dos jornalistas acerca do seu futuro profissional. Incidindo embora sobre os impactos gerados por um momento especial de crise, que também afetou as empresas de média, os resultados revelaram, no entanto, que o sentimento de insatisfação não é novo e que a pandemia da covid-19 apenas agravou um sentimento anterior de um grupo profissional que há muito vive sob tensão e ameaça.

Os resultados deste estudo, a que responderam 13,3% dos 6.678 jornalistas registados àquela data na Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, levam-nos a perguntar o que poderá significar para o jornalismo a sua transformação numa atividade sem expectativas de progressão de carreira e distante das motivações que levaram muitos a escolher esta profissão como modo de realização, ao ponto de considerarem a

possibilidade do seu abandono. Por isso, o caminho que encetamos neste artigo procura perceber o lugar das representações na profissão do jornalismo e o modo como elas vão sendo submergidas pelas preocupações económicas, que se colocam de uma forma cada vez mais premente nos média e nas redações, enquanto lugares de (des)realização dessas mesmas concepções. No caso do jornalismo, uma profissão que fez da sua ideologia profissional um dos principais pontos de legitimidade social, a reflexão sobre as percepções dos profissionais permitirá compreender uma das faces ocultas do que se denomina pela crise do jornalismo... ou por que o jornalismo se dá a ver como uma profissão constantemente em crise — de legitimidade, de identidade, de credibilidade e de confiança (Fidalgo, 2004, p. 64).

REPRESENTAÇÕES ÉTICAS E SACRALIZADAS DO JORNALISMO

O estudo das representações e expectativas dos jornalistas acerca da sua profissão constitui um espaço de confronto entre ideários de pessoas que escolheram o jornalismo para se realizarem profissionalmente e a forma como nele efetivamente se realizam. No entanto, esses ideais não podem ser entendidos como olhares meramente subjetivos: são parte de representações sociais que, no caso do jornalismo, fundam um pacto social de comunicação entre profissionais, empresas, públicos e instituições sociais; são a expressão de princípios normativos da profissão e expectativas sociais que constituem um pacto comunicacional materializado, nomeadamente em códigos deontológicos, livros de estilo, leis, algumas delas de natureza constitucional. Da atualização quotidiana desse pacto comunicacional depende uma boa parte das discussões públicas acerca do jornalismo, assim como a emergência de novas representações individuais e coletivas.

A percepção acerca do poder das formas de representação social nas profissões está presente nas preocupações dos fundadores da sociologia. Os estudos de Weber e Durkheim acerca das tradições religiosas e da importância das representações éticas e morais nas profissões e no mundo da economia são disso exemplo. Retomando esses estudos, assim como abordagens sociológicas mais recentes acerca das origens sagradas do saber profissional, Broddason (1994) procurou evidenciar a importância da dimensão simbólica das representações sociais sobre as profissões, aplicando-as, nomeadamente, ao jornalismo. Argumenta Broddason (1994, p. 231) que algumas profissões, nas sociedades industrializadas, conservam uma dimensão sagrada, de poder e de serviço, que emana do papel do clero nas sociedades antigas, como são os casos do jornalismo e da medicina, objetos particulares do seu estudo. A “necessidade vital” da profissão para a sociedade, o sentido de serviço, o autossacrifício, a abnegação ou o voluntarismo dos seus profissionais são elementos que evocam aspetos desta representação sagrada de profissão e, no jornalismo, está patente na ideia de que o jornalista está sempre ao serviço, a exemplo dos pastores das igrejas ou dos médicos (Broddason, 1994, p. 239). Escreve Broddason (1994):

jornalistas, muito como padres e médicos, têm de suportar horários longos e irregulares e o seu trabalho acompanha-os sempre (...). O facto de o seu

trabalho poder ser extremamente perigoso é demonstrado pelo destino dos jornalistas que pagaram com a sua vida por causa dos seus esforços para expor situações corruptas ou tirânicas. Portanto, parece restar pouca dúvida de que muitos jornalistas providenciam um “serviço altruísta” e revelam também uma nobreza de autossacrifício. (pp. 239–240)

Analisando o caso francês e embora numa abordagem distinta de Broddason, é interessante registar como Gilles Feyel (2003) considera que o discurso ético acerca do jornalismo estava já de tal forma consolidado no período da Revolução Francesa que, em seu entender, é legítimo questionarmo-nos se ele não será “a verdadeira pedra angular sobre a qual repousa todo o edifício do jornalismo” (pp. 75–76). Para o autor, é nessa dimensão ética que se funda a ideia da “função social dos jornalistas”, a partir da qual a profissão retira a “dignidade e estima social” (Feyel, 2003, pp. 75–76). Numa entrevista à autora de *La Place du Discours sur l'Éthique Dans la Construction de l'Espace et de l'Identité Professionnel des Journalistes* (O Lugar do Discurso Sobre a Ética na Identidade Profissional dos Jornalistas), Feyel nota como na “longa história do jornalismo” as questões éticas são evocadas recorrentemente e, isso, por uma razão essencial, em seu entender: pelo facto de a ética ser “o único fundamento ‘legitimador’ da função do *gazetier* ou do jornalista” (Prodhomme, 2005, p. 62). Ideia semelhante tem também Jane Singer (2014), para quem “os princípios éticos são usados não só para sugerir como é que os jornalistas devem comportar-se, mas também para definir o que é que eles são” (p. 49).

Do mesmo modo, Otto Groth (1960/2011), que identifica na Holanda do século XVIII os primeiros traços de formação da profissão de jornalista, a partir de uma “imprensa de notícias”, afirma que o jornalismo, quer na Alemanha quer nos restantes países de cultura americano-europeia, não foi capaz de desenvolver um conhecimento e um “*ethos* profissional cujas conceções e exigências não fossem fundadas meramente no social” (p. 329). Ainda assim, Groth recorda as palavras do publicista Leo Woerl, em 1881, para quem o jornalismo fazia parte dos “ofícios mais imprescindíveis”, à semelhança daqueles “que se movimentam fora do organismo social como antigamente o pastor, o ferreiro, os dentistas, os ciganos e os atores” (Groth, 1960/2011, p. 406).

O PÚBLICO COMO FORÇA LEGITIMADORA

A ancoragem da legitimidade profissional do jornalismo na sua função social está muito ligada à ideia de serviço público. O jornalismo como um serviço necessário nas sociedades democráticas constitui um dos núcleos centrais da ideologia do jornalismo e da forma simbólica como se representa, quer dentro quer para fora da profissão. A ideia de serviço público perpassa por inúmeros códigos deontológicos dos jornalistas, considerados como um dos instrumentos da afirmação dos valores e do carácter profissional do jornalismo. O *Journalist's Creed*, um documento redigido por Walter Williams, o primeiro diretor da Escola de Jornalismo da Universidade do Missouri, fundada em 1908, faz referência ao serviço público, logo nas suas primeiras linhas, apontando-o como uma das pedras angulares da profissão:

creio no jornalismo. Creio que o jornal público é um dever público; em que todos com ele relacionados, na medida plena das suas responsabilidades, são fiéis depositários da confiança do público; e que a aceitação de um serviço menor que o serviço público é uma traição deste dever. (Farrar, 1998, p. 203).

Estudos de Ferenczi (1996), Ruellan (1997) e Delporte (1999) sobre os profissionais do jornalismo em França mostram como a legitimação e a institucionalização da profissão, na primeira metade do século XX, estiveram sempre ancoradas em entendimentos dos jornalistas e do jornalismo como fiduciários do público, guias da opinião pública, servidores da verdade e da justiça e defensores do interesse público. Em nome desses valores, sustenta Denis Ruellan (1997), os jornalistas terão mantido e conservado dois aspetos essenciais da sua identidade profissional: “uma profissão criativa, não obstante a sua condição assalariada; uma atividade necessariamente livre, em nome do interesse coletivo” (p. 98). Talvez por isso o jornalismo é, para o autor, “mais do que uma atividade: é um grupo” (Ruellan, 2004, p. 9).

Estas representações do jornalismo estão também documentadas em Portugal, através de referências a discursos e a textos de jornalistas da primeira e início da segunda metade do século XX. Utilizando expressões como “sacerdócio”, “mística”, “espírito de serviço e de missão” (Sobreira, 2003, pp. 123–126), essas menções fazem desta profissão algo mais do que uma atividade onde apenas se auferem um salário (Sousa, 2011, p. 14).

Por certo que estas declarações não deixam de refletir o contexto de uma “elite” de jornalistas empenhados na afirmação e reconhecimento da profissão, nem sempre compaginável com a situação e consciência da maioria de profissionais anónimos. Ora, os jornalistas não são conhecidos necessariamente pela sua boa reputação (Groth, 1960/2011). A história do jornalismo está também cheia de referências pouco encoimísticas para os jornalistas (Oliveira, 2016). Balzac (1843/1998) falava dos jornalistas como escrevinhadores. José Agostinho Macedo (1821) apelidava-os de “periodiqueiros”. E Gustav Freytag (1852/1988) denunciava que eram um grupo profissional que ora escrevia à direita ora à esquerda, conforme as conveniências. Na literatura portuguesa, Eça de Queiroz (1900) reconhecia os jornalistas como promotores de juízos ligeiros, de vaidade, e intolerância — três pecados sociais que matam moralmente a sociedade, segundo o romancista.

A imagem dos jornalistas também não está imune ao desgaste de credibilidade resultante de derrapagens jornalísticas acumuladas, mesmo que em resultado das transformações dos média (Meyer, 2004/2007; Ruellan, 2011; Woodrow, 1991/1996). Ainda assim, Broddasson (1994, p. 240) não deixa de sublinhar que mesmo esses casos são entendidos como a expressão de formas desviantes do exercício da profissão, situação que reflete o poder das elites profissionais para influenciarem as formas de representação, quer no interior das redações quer publicamente (Rieffel, 1984; Santos-Sainz, 2006). Esta dimensão ambivalente de herói e de vilão nas representações acerca do jornalismo e do seu estatuto social está bem presente na expressão de Max Weber (1946/1982) quando se refere aos jornalistas como “casta de párias” (p. 117).

Procurando esclarecer o verdadeiro alcance da expressão de Max Weber, Gilles Bastin (2013) salienta o facto de o conceito exprimir uma dimensão bem mais complexa do que a simples segregação social. Na leitura de Bastin, a figura do pária, em Weber, é constituída por uma dupla e paradoxal dimensão. Por um lado, trata-se de uma personalidade cindida entre o seu estatuto social e as suas convicções, capaz, por isso, de uma adesão autoconsciente a certos valores éticos, não obstante as pressões diárias para se conformar com um mundo “racionalizado” e “desencantado”, nos termos weberianos (Bastin, 2013, p. 221). Por outro lado, é também uma personalidade capaz de, socialmente, a partir da sua experiência de injustiça, contribuir para uma redescoberta/reencantamento do sentido das nossas ações, num contexto racionalizado (Bastin, 2013, pp. 221–222). Nas palavras de Márcia Santos (2017), a cisão suscitada pela situação de pária “exprime também a condição de uma resistência ética à perda de ‘personalidade’ diante da pressão cotidiana num mundo racionalizado”, tornando os jornalistas capazes de desempenhar “um papel importante de questionamento do mundo como ele parece ser” (pp. 443–444). Nesse sentido, talvez fosse importante regressarmos às palavras de Weber (1946/1982), quando parece afirmar uma certa admiração acerca dos jornalistas:

não é fácil expressar-se rápida e convincentemente sobre isto e aquilo, sobre todos os imagináveis problemas da vida – segundo as exigências do “mercado” – e fazê-lo sem se tornar absolutamente raso e, acima de tudo, sem perder a dignidade, desnudando-se, o que tem resultados impiedosos. Não é de espantar que existam muitos jornalistas que se tornaram fracassos humanos e homens indignos. É, antes, espantoso que, apesar de tudo isso, esta camada mesma inclua um número tão grande de homens de valor e realmente autênticos, um facto que as pessoas distantes da profissão dificilmente imaginam. (p. 120)

A afirmação de Weber remete-nos para a natureza ambivalente da profissão de jornalista, simbolicamente dotada de autonomia e de um *ethos* orientado para uma responsabilidade pública, mas maioritariamente exercida por assalariados de empresas que operam no mercado. Esta dupla dimensão esteve durante muito tempo selada por um contrato entre jornalistas e empresários, nas palavras de Jay Rosen (2000). A autonomia dos jornalistas assentaria num compromisso de objetividade no tratamento das notícias, abdicando estes de fazer interferir nelas as suas próprias convicções políticas e, em troca, obteriam dos empresários a independência necessária para proceder à cobertura noticiosa dos acontecimentos. Outra forma habitual de representar este contrato é através da ideia do muro separador entre a administração dos média e as redações. Mas como demonstraram, nomeadamente Meyer (2004/2007) e Blanchot e Padioleau (2003), este equilíbrio modificou-se profundamente com o fim do “capitalismo independente das grandes famílias”, surgido nas últimas décadas do século XIX, e o aparecimento de um “capitalismo gerencial de tecnoestrutura”, assim como das novas lógicas de “financeirização” nos média (Miranda, 2018, p. 127). Estas novas lógicas parecem colocar a ideologia do jornalismo perante novos desafios, colocando as suas formas de

representação à beira do mito, de uma “falsa consciência”, que coloca em confronto, ingênuos valores ideais com a realidade das rotinas quotidianas (Deuze, 2007; Evetts, 2014).

CONDIÇÕES ECONÓMICAS, TRABALHO, REPRESENTAÇÕES E EXPECTATIVAS DOS JORNALISTAS

Fizemos anteriormente referência à importância das representações do jornalismo no seu processo histórico de reconhecimento social e de construção do seu estatuto profissional. Agora pretendemos refletir sobre a força dessas representações, num contexto em que as decisões económicas dos média têm tido um peso determinante na *desprofissionalização* e proletarização do jornalismo, reduzindo cada vez mais o espaço de autonomia e de realização pessoal dos jornalistas dentro das redações.

Retomando um estudo de Morris Janowitz sobre a carreira militar, Tunstall (1971) estabelece um paralelismo com os jornalistas, tentando demonstrar como ambas as profissões atraem pessoas que rejeitam as rotinas quotidianas e aderem a causas idealistas. Apesar disso, para o autor, quer o jornalismo quer os militares acabam submergidos pelo real e, embora o idealismo não desapareça por completo, ele tende a manter-se sob a forma de sentimentalismo. Embora se considerem “acima do comercialismo básico”, as suas visões sobre a profissão acabavam por se ressentir pelo que “consideram ser o seu baixo nível salarial e elevada insegurança”, elementos que enfraquecem a ideologia tradicional dos profissionais quando confrontados com a realidade das suas ocupações (Tunstall, 1971, pp. 72–73).

A constatação de Tunstall reflete a situação sobre os jornalistas britânicos no início dos anos 70. No entanto, os estudos consecutivos sobre os jornalistas desenvolvidos nos EUA, ao longo das últimas décadas, também mostram que as condições económicas e de trabalho têm ocupado um lugar crescente nas preocupações dos jornalistas. Com efeito, à medida que o negócio dos média se foi alterando, os jornalistas passaram a valorizar cada vez mais as condições económicas na avaliação do seu grau de satisfação com a profissão, em detrimento de aspetos mais próximos do que Tunstall identifica como elementos ideológicos, relacionados com a autonomia profissional na produção da informação.

D. H. Heaver e G. C. Wilhot (1996) salientam que o início dos anos 80 marca “o início do fim de uma visão romântica sobre a profissão” (p. 90), uma situação que pode ser já bem constatada nos anos 90, altura em que o grau de satisfação é, entre os jornalistas norte-americanos, mais baixo do que o verificado noutras profissões. Neste estudo, a segurança no emprego ou os baixos salários são identificados como elementos que ameaçam a autonomia dos jornalistas, uma vez que deixam os repórteres mais vulneráveis a seduções financeiras por parte dos políticos (Heaver & Wilhot, 1996, pp. 99–101). As políticas de gestão editorial e dos média, os salários baixos e a ausência de oportunidades de progressão na carreira são identificados como as razões preponderantes na determinação do grau de insatisfação dos jornalistas com a profissão (Heaver & Wilhot, 1996, p. 105). Esta situação contrasta com os inquéritos anteriores (1971, 1981,

1992) em que a satisfação dos jornalistas com a profissão tinha mais a ver com as políticas editoriais e temas relacionados com autonomia profissional, ligados ao tratamento da informação e mantém-se como uma constante no século XX (Heaver et al., 2007; Willnat & Weaver, 2014).

Comparando o tipo de razões apontadas pelos jornalistas como determinantes da sua satisfação profissional, verifica-se que elas mudaram significativamente em três décadas de estudos (1971, 1981, 1992). E o elemento que se destaca são os salários. Essa situação só não é tão visível no caso dos jornalistas de imprensa, onde o modo de tratamento das notícias nas suas empresas continua a ser identificado como o elemento mais sensível (Heaver & Wilhot, 1996, p. 107). A moral baixa e a satisfação com o emprego tendem a estar de mãos dadas com as notícias contínuas sobre cortes e dispensa de pessoal identificados pela recessão económica, constata-se anos mais tarde Heaver et al. (2007).

Já em 2013, as tendências de insatisfação dos jornalistas com a profissão continuaram a confirmar-se e 59,7% dos jornalistas consideravam que o jornalismo estava a seguir por um mau caminho, identificando a queda dos lucros, média online, os cortes e emagrecimento das redações, a crise do modelo de negócios, assim como as notícias apressadas como as principais ameaças ao futuro do jornalismo (Willnat & Weaver, 2014). Estas conclusões devem, no entanto, ser matizadas quando pensadas a uma escala mundial. A este propósito, o estudo de Willnat e Heaver (2012, p. 534), que analisou 22 países em todo o mundo, refere que os níveis de satisfação com a profissão variam muito, assim como variam os fatores determinantes para essa satisfação.

EXPECTATIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Como assinalámos antes, a história do jornalismo tem sido atravessada por ambiguidades em termos de representações sociais. Se, por um lado, se reconhece que esta é uma atividade necessária à garantia do direito universal de acesso a informação de qualidade, por outro, encara-se esta ocupação profissional com um certo desdém. Apesar de se associar o jornalismo a um propósito nobre de divulgação de acontecimentos, de investigação e de análise de matérias de interesse público, a comunicação social tem sido um setor relativamente mal reconhecido e pouco protegido dos efeitos da mundialização dos fluxos de informação. Agravado pela crise económica que enfrentam de modo generalizado as empresas de média, o quadro em que atuam os jornalistas também não tem beneficiado de condições que favoreçam uma perspetiva de futuro para os profissionais.

A crise pandémica que se iniciou em fevereiro/março de 2020 motivou um interesse crescente do público por conteúdos jornalísticos. No entanto, o impacto de novas condições de trabalho e da perda de receita dos grupos de média não criou boas perspetivas para os jornalistas. Pelo contrário, agudizou a fragilidade da situação profissional, com repercussões negativas no plano das expectativas de curto e médio prazo. Com pouca confiança na possibilidade de progredir na carreira, os jornalistas portugueses

admitem hoje, como mais provável, a hipótese de abandono da profissão. Numa atividade marcada por um espírito de resiliência e por um sentido de missão, as percepções reveladas no “Estudo Sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19” dão sinais alarmantes para um setor que dificilmente continuará a ser o melhor ofício do mundo.

Numa profissão a que se chega normalmente de forma muito desejada, o reconhecimento de que se pode “mudar de vida” será um indicador de que não se fica nesta ocupação a “qualquer preço”. Embora o jornalismo não seja apenas um emprego, mas antes um trabalho associado a uma vocação e a um certo compromisso com o público, as condições de exercício da atividade terão um impacto significativo na ideia de serviço que, com algum romantismo, habitualmente se atribui ao jornalista. É com essa suposição que se leem os resultados da secção “expectativas” do inquérito a que responderam 890 jornalistas portugueses, 799 dos quais com atividade (permanente ou secundária) no jornalismo. Ainda que os dados não permitam aferir explicações, não será despropositado adivinhar uma relação entre o modo como se encara o futuro e o grau de confiança que inspiram as condições laborais, alteradas, se não em termos diretos de remuneração ou pela perda de emprego, pelo menos ao nível das rotinas.

Tendo em conta que neste estudo se solicitavam respostas em função de dois momentos — antes e depois da declaração do estado de emergência (DEE; em março de 2020) —, compreende-se que as mudanças abruptas que atingiram também as empresas mediáticas por ocasião da crise pandémica podem ter constituído uma espécie de choque de realidade e aumentado a consciência das fragilidades da profissão de jornalista em Portugal. Será essa a razão por que a possibilidade de abandonar a atividade se tornou provável ou muito provável para 45% dos profissionais que responderam ao inquérito, representando um aumento de quase 20 pontos percentuais quando se comparam os dois períodos (Tabela 1)¹. Sem variações significativas entre homens e mulheres ou entre diferentes faixas etárias (embora com maior evidência entre os mais jovens), a hipótese de mudar de profissão é um pouco mais expressiva nos jornalistas vinculados a órgãos de imprensa do que a outros meios e também mais evidente entre os jornalistas vinculados a órgãos regionais, onde praticamente duplicou o número de profissionais que passaram a considerar provável ou muito provável deixar a atividade. Também os jornalistas com vínculos mais precários (como os estagiários e os prestadores de serviços, sem contrato, portanto) estão entre os menos confiantes, sendo os fotógrafos e os repórteres de imagem, mais do que os redatores ou repórteres, os que mais parecem encarar esse desfecho como provável ou muito provável.

¹ Note-se que, apesar de terem respondido ao questionário 890 jornalistas, nas tabelas que integram este artigo *n* é igual a 799, o que corresponde ao número total dos respondentes que declararam ter atividade profissional, principal ou secundária, como jornalista.

	ANTES DA DEE		DEPOIS DA DEE	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Muito provável	28	3,5	114	14,3
Provável	189	23,7	245	30,7
Pouco provável	347	43,4	300	37,5
Nada provável	217	27,2	107	13,4
Não sabe / não responde	18	2,3	33	4,1
Total	799	100%	799	100%

Tabela 1 Comparação das Perceções Sobre a Probabilidade de Deixar a Profissão Antes e Depois da DEE

Numa profissão em que se “ganha mal” — quase metade dos jornalistas declararam ter rendimentos da atividade inferiores a 1.000 € brutos —, é também relevante o receio expresso pelos jornalistas relativamente à possibilidade de perder o emprego. Neste ponto, os dados revelam que quintuplicou o número de profissionais a considerar como alta ou muito alta a eventualidade de perder o trabalho (Tabela 2). Estes dados são indiferentes quanto à variável género, mas surgem de forma mais manifesta entre os mais jovens e com especial expressão no grupo etário dos 41 aos 50 anos, ou seja, para os que estão no pleno da vida ativa. Se esta perceção é transversal a todos os meios, ainda que com especial preponderância entre os profissionais da imprensa, foi de novo no campo da comunicação social de âmbito regional que se registou a maior variação de respostas, o que confirma a ideia de que será este o setor mais exposto à vulnerabilidade económica.

	ANTES DA DEE		DEPOIS DA DEE	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Muito alta	7	0,9	93	11,6
Alta	36	4,5	123	15,4
Média	148	27,4	208	18,4
Baixa	219	35,7	147	14,4
Muito baixa	285	18,5	115	26,0
Não sabe / não responde	13	1,6	37	4,6
Não se aplica	91	11,4	76	9,5
Total	799	100%	799	100%

Tabela 2 Comparação das Perceções Sobre a Probabilidade de Perder o Trabalho de Jornalista a Curto Prazo Antes e Depois da DEE

A possibilidade de perder o emprego torna-se ainda mais dramática quando se avalia a percepção dos jornalistas sobre a possibilidade de encontrar outro emprego na atividade. Ora, com a declaração do primeiro estado de emergência, aumentou para 83,5% a percentagem de jornalistas que reconheciam como baixa ou muito baixa a possibilidade de encontrar uma nova oportunidade neste setor (Tabela 3), em caso de perda do emprego. Neste aspeto, as mulheres revelam um pessimismo superior aos homens, assim como os profissionais do grupo etário dos 41 aos 50 anos de idade, tendo também quase duplicado o número de jornalistas mais jovens (com menos de 30 anos) com poucas perspetivas de novo emprego no jornalismo. Embora mais uma vez os média regionais sejam os que parecem inspirar uma maior preocupação a partir das percepções dos jornalistas, com variações mais expressivas nos dois períodos em relação a novas oportunidades de trabalho, é nos órgãos de âmbito nacional que se encontram os profissionais que mais duvidam da possibilidade de voltar a ter trabalho no jornalismo se perderem o emprego. Numa análise mais fina por condição de trabalho, é claro que o pessimismo é transversal, embora afetando de modo mais visível os redatores/repórteres, os editores/coordenadores e os chefes/subchefes de redação, grupos em que mais de 86% dos profissionais consideram baixa ou muito baixa a possibilidade de encontrar novo emprego na sequência de um despedimento.

	ANTES DA DEE		DEPOIS DA DEE	
	n	%	n	%
Muito alta	13	1,6	9	1,1
Alta	59	7,4	15	1,9
Média	232	29	69	8,6
Baixa	291	36,4	162	20,3
Muito baixa	181	22,7	505	63,2
Não sabe / não responde	23	2,9	39	4,9
Total	799	100%	799	100%

Tabela 3 Comparação das Percepções Sobre a Probabilidade de Encontrar Novo Emprego no Jornalismo se Estivesse Desempregado Antes e Depois da DEE

Ainda que fenómenos como a desprofissionalização não ajudem a fazer do jornalismo uma carreira fortemente estruturada e que o reconhecimento público não seja absolutamente dependente do cargo que se ocupa, não deixa de ser também sintomática da falta de perspetivas futuras a pouca confiança na ideia de progressão. Já não sendo muito expressivas antes da declaração do estado de emergência, as expectativas de melhorar a posição profissional também sofreram um agravamento assinalável no início da crise pandémica, com 77,6% dos jornalistas a considerar pouco ou nada provável ascender na carreira (Tabela 4). O agravamento desta percepção atinge de modo equivalente homens e mulheres, mas com especial impacto nos mais jovens e nos profissionais

com atividade no setor da imprensa e nos órgãos regionais. À exceção dos estagiários, para quem as expectativas de progressão na carreira se mantêm relativamente elevadas — o que poderá compreender-se pelo facto de a manutenção na atividade depender da passagem da etapa de estágio a uma condição profissional consolidada —, em todas as restantes categorias mais de metade dos jornalistas revela ceticismo quanto à possibilidade de ascensão profissional.

	ANTES DA DEE		DEPOIS DA DEE	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Muito provável	48	6,0	22	2,6
Provável	229	28,6	122	15,3
Pouco provável	332	41,5	337	42,2
Nada provável	171	21,4	283	35,4
Não sabe / não responde	19	2,4	35	4,4
Total	799	100%	799	100%

Tabela 4 Comparação das Perceções Sobre a Probabilidade de Progredir na Carreira de Jornalista Antes e Depois da DEE

De um modo geral, os resultados apurados a partir do inquérito realizado (ver também Garcia et al., 2021; Miranda et al., 2021), que procurou examinar a situação dos jornalistas portugueses num momento crítico para as empresas de comunicação social, têm uma componente de dramaticidade que decorre do período em que vigorou o primeiro estado de emergência em Portugal, em consequência da pandemia da covid-19. Se ignorarmos essa circunstância particular, eles reafirmam, grosso modo, resultados de outros inquéritos realizados anteriormente (Crespo et al., 2017; Pacheco & Freitas, 2014). Esta tendência vem também na linha das preocupações sentidas, quer em Portugal quer na Europa, desde a década de 90 do século passado (Camponez, 2012, pp. 388–390). A satisfação com a profissão tem diminuído entre os jornalistas portugueses (Crespo et al., 2017, p. 34). A degradação das relações de trabalho, nomeadamente os vínculos laborais mais precários e incertos, os salários baixos, a ausência de perspetivas de progressão na carreira, as condições de stress no emprego e o excesso de horas de trabalho com repercussões sobre a vida pessoal e familiar dos jornalistas são elementos intervenientes da desilusão e desencanto dos jornalistas profissão conduzindo-os a equacionar o abandono do emprego (Crespo et al., 2017, pp. 25–26; Pacheco & Freitas, 2014, p. 31).

Entre representações e realidade, é legítimo perguntarmo-nos — como afirma um jornalista no estudo de Nuno Matos (2020) no estudo entre ex-jornalistas sobre as causas do abandono na profissão — quem abandona o quê: são os jornalistas que abandonam a profissão ou é a profissão que abandona os jornalistas?

CONCLUSÃO

As transformações do modelo de negócio e as condições de produção das notícias, verificadas nas últimas décadas do século XX, são de modo a pôr em causa a definição do então Bureau International du Travail (1928, como citado em Jones, 1980) quando, em 1928 afirmava, em defesa do estatuto intelectual do trabalho dos jornalistas, que, “mais do que as crises económicas, as crises que estalam no domínio das ideias atingem cruelmente o jornalista no seu ganha-pão” (pp.12–13). Ao contrário, o cenário que nos é dado perceber no “Estudo Sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19” e nas investigações e inquéritos que coligimos a este propósito parecem indicar que a nova realidade dos modelos de negócio vigentes e de produção da informação nos média estão a impor-se de forma a submergir a dimensão simbólica e os valores intelectuais da profissão. A precariedade, os salários baixos e o trabalho mal remunerado, a ausência de noção de carreira ou de possibilidade de progressão profissional, a impossibilidade de encontrar alternativas de emprego no mercado de trabalho, colocam o jornalismo entre o malho e a bigorna: entre um trabalho crescentemente burocratizado e mal remunerado, em resultado da racionalização do trabalho e da denominada crise do modelo de negócio dos média; e uma responsabilidade social decorrente de um (suposto) comprometimento da profissão com os valores de serviço público e da democracia.

A dimensão simbólica e ideológica do jornalismo enquanto serviço público não pode ser entendida como mera subjetividade ou falsa consciência socioprofissional. Certamente que essa dimensão não deve ser descurada. No entanto, e independentemente do que pensemos acerca disso, as representações do jornalismo são mais do que meras subjetividades: dão-se a ver em códigos deontológicos, em regulamentos e documentos legais, constituindo um importante pilar dos sistemas democráticos. Justifica-se, por isso, que as crises do jornalismo possam ser também sentidas como parte das crises da democracia. Em Portugal, a crise económica suscitada pela pandemia da covid-19 — de consequências ainda não completamente percebidas na sua real dimensão — somou-se à crise mundial de 2008 e à de 2011, debilitando os média, lançando-os em programas de reestruturação, de despedimentos de trabalhadores e precipitando mesmo o encerramento de alguns.

Ainda que as crises no jornalismo estejam longe de ser um fenómeno contemporâneo, talvez o ganha-pão dos jornalistas não tenha impactado tanto como na atualidade nos ideais do jornalismo, criando um “clima de desorientação”, suscetível de alterar o seu *ethos* (Garcia & Meireles, 2017, pp. 165–167).

O estudo que realizámos sobre o caso português demonstra a importância de se aprofundar e sistematizar a dimensão das representações e das expectativas nas investigações acerca dos jornalistas em Portugal, sobretudo numa profissão que encontra nos seus aspetos simbólicos um modo importante de se justificar social e politicamente. A análise das expectativas socioprofissionais ou da sua pulverização poderá ser, neste sentido, entendida como o confronto entre ser e dever ser, entre o compromisso a partir do qual o jornalismo funda a sua legitimidade e as condições socioprofissionais da sua

realização. Nesse confronto poderemos compreender respostas para as razões profundas da atual crise do jornalismo ou a razão pela qual o jornalismo se dá sempre, no seu interior, como estando em crise permanente.

O jornalismo é uma das profissões que têm a particularidade de se encenar publicamente no próprio ato de desempenhar a sua função social, nos média, reforçando o seu poder simbólico e a atratividade entre as populações jovens. Essa dimensão explicará abordagens individualmente empenhadas na profissão que fazem com que o jornalismo do futuro possa estar a ser “inventado” por novas “castas de párias”, no sentido weberiano, que, não obstante as condições de trabalho, persistem em fazer desta profissão “um projeto de paixão” (Deuze & Witschge, 2020, pp. 4–5). Mas num quadro de crescente desconformidade entre as representações profissionais do jornalismo e a realidade, não admira que, para muitos, o abandono da profissão se configure também como o derradeiro espaço de resistência.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

REFERÊNCIAS

- Balzac, H. (1998). *Les journalistes – Monographie de la presse parisienne*. Éditions Arléa. (Trabalho original publicado em 1843)
- Bastin, G. (2013). Paradox of the Pariah: Toward a Weberian understanding of modern journalism. *Max Weber Studies*, 13(2), 216–236. <https://hal.archives-ouvertes.fr/halshs-00969557v1>
- Blanchot, F., & Padioleau, J.-G. (2003). Une économie politique du travail journalistique. *Hermès*, 1(35), 63–71. <https://doi.org/10.4267/2042/9318>
- Broddason T. (1994). The sacred side of professional journalism. *European Journal of Communication*, 9(3), 227–248. <https://doi.org/10.1177/0267323194009003001>
- Camponez, C. (2012). *Deontologia do jornalismo*. Almedina.
- Crespo, M., Azevedo, J., Sousa, J. C., Cardoso, G., & Paisana, M. (2017). *Jornalistas e condições laborais: Retrato de uma profissão em transformação*. Observatório da Comunicação. <http://hdl.handle.net/10071/15977>
- Delporte, C. (1999). *Les journalistes en France (1880-1950) – Naissance et construction d'une profession*. Seuil.
- Deuze, M. (2007). *Media work*. Polity Press.
- Deuze, M., & Witschge, T. (2020). *Beyond journalism*. Polity Press.
- Evetts, J. (2014). The concept of professionalism: Professional work, professional practice and learning. In S. Billett, C. Harteis, & H. Gruber (Eds.), *International handbook of research in professional and practice-based learning* (pp. 29–56). Springer Netherlands.
- Farrar, R. T. (1998). *A creed for my profession: Walter Williams, journalist to the world*. University of Missouri Press.

- Ferenczi, T. (1996). *L'invention du journalisme en France – Naissance de la presse moderne à la fin du XIXe siècle*. Éditions Payot & Rivages.
- Feyel, G. (2003). Aux origines de l'éthique des journalistes: Théophraste Renaudot et ses premiers discours éditoriaux (1631-1633). *Le Temps des Médias*, 1(1), 175–189. <https://doi.org/10.3917/tdm.001.0175>
- Fidalgo, J. (2004). Jornalistas: Um perfil socioprofissional em mudança. *Comunicação e Sociedade*, 5, 63–74. [https://doi.org/10.17231/comsoc.5\(2004\).1246](https://doi.org/10.17231/comsoc.5(2004).1246)
- Freitag, G. (1988). *Die Journalisten*. Reclam. (Trabalho original publicado em 1852)
- Garcia, J. L., Matos, J. N., & Silva, P. A. (2021). Jornalismo em estado de emergência: Uma análise dos efeitos da pandemia covid-19 nas relações de emprego dos jornalistas. *Comunicação e Sociedade*, 39, 269–285. [https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).3177](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).3177)
- Garcia, J. L., & Meireles, S. (2017). O jornalismo sob a ameaça da tecno-mercantilização da informação. In J. N. Matos, C. Batista, & F. Subtil (Eds.), *A crise do jornalismo* (pp. 158–168). Deriva; Le Monde Diplomatique.
- Groth, O. (2011). *O poder cultural desconhecido - Fundamentos da ciência dos jornais*. Vozes. (Trabalho original publicado em 1960)
- Heaver, D. H., Beam, R. A., Brownlee, B. J., Voakes, P. S., & Wilhot, G. C. (2007). *The American journalist in the 21st Century - U.S. news people at the dawn of a new millenium*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Heaver, D. H., & Wilhot, G. C. (1996). *The American journalist in the 1990s - U.S. news people at the end of an era*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Jones C. (1980). *Déontologie de l'information: Codes et conseils de presse - Étude comparative des règles de la morale pratique dans les métiers de l'information à travers le monde*. UNESCO.
- Macedo, J. A. (1821). *O cordão da peste ou as medidas contra o contágio periodiqueiro*. Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- Matos, N. (2020). “It was journalism that abandoned me”: An analysis of journalism in Portugal. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique - Journal for a Global, Sustainable Information Society*, 18(2), 535–555. <https://doi.org/10.31269/triplec.v18i2.1148>
- Meyer, P. (2007). *Os jornais podem desaparecer? – Como salvar o jornalismo na era da informação* (P. Cia, Trad.). Editora Contexto. (Trabalho original publicado em 2004)
- Miranda, J. M. S. (2018). *O papel dos jornalistas na regulação da informação. Caracterização socioprofissional, accountability e modelos de regulação em Portugal e na Europa*. [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/87571>
- Miranda, J., Fidalgo, J., & Martins, P. (2021). Jornalistas em tempo de pandemia: Novas rotinas profissionais, novos desafios éticos. *Comunicação e Sociedade*, 39, 287–307. [https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).3176](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).3176)
- Oliveira, M. (2016). Metajornalismo: Do discurso normativo à autorreferencialidade como condição ética. *Sur le Journalisme. About Journalism. Sobre o Jornalismo*, 5(2), 32–43. <http://hdl.handle.net/1822/44315>
- Pacheco, L., & Freitas, H. S. (2014). Poucas expectativas, algumas desistências e muitas incertezas. In J. Rebelo (Ed.), *As novas gerações de jornalistas em Portugal* (pp. 21–35). Editora Mundos Sociais.
- Prodhomme, M. (2005). *La place du discours sur l'éthique dans la construction de l'espace et de l'identité professionnel des journalistes*. Presses Universitaires de la Faculté de Droit de Clermont-Ferrand.

- Queiroz, E. (1900). *A correspondência de Fradrique de Meneses - Memórias e notas*. Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores.
- Rieffel, R. (1984). *L'élite des journalistes*. Presses Universitaires de France.
- Rosen, J. (2000). Para além da objectividade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 27, 139–150.
- Ruellan, D. (1997). *Les "pro" du journalisme – De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*. Presses Universitaires de Rennes.
- Ruellan, D. (2004). Grupo profissional e mercado de trabalho do jornalismo. *Comunicação e Sociedade*, 5, 9–24. [https://doi.org/10.17231/comsoc.5\(2004\).1242](https://doi.org/10.17231/comsoc.5(2004).1242)
- Ruellan, D. (2011). *Nous, journalistes - Déontologie et identité*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Santos, M. V. M. (2017). Jornalista por vocação: Algumas considerações sobre a percepção de Max Weber a respeito da profissão. *Mediações*, 21(2), 425–447. <http://doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n2p425>
- Santos-Sainz, M. (2006). *L'élite journalistique et son pouvoir*. Éditions Apogée.
- Singer, J. (2014). Sem medo do future: Ética do jornalismo, inovação e um apelo à flexibilidade. *Comunicação e Sociedade*, 25, 49–66. [https://doi.org/10.17231/comsoc.25\(2014\).1858](https://doi.org/10.17231/comsoc.25(2014).1858)
- Sobreira, R. M. (2003). *Os jornalistas portugueses, 1933-1974: Uma profissão em construção*. Livros Horizonte.
- Sousa, J. P. (2011). A discussão sobre a introdução do ensino superior do jornalismo em Portugal: Das primeiras menções ao primeiro curso de graduação. *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-a-discussao-sobre-a-introducao-do-ensino-superior-do-jornalismo-em-portugal.pdf>
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Quimera.
- Tunstall, J. (1971). *Journalists at work. Specialists correspondents: Their news organizations, news sources, and competitor-colleagues*. Constable.
- Weber, M. (1982). *Ensaio de sociologia* (W. Dutra, Trad.). LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora. (Trabalho original publicado em 1946)
- Willnat, L., & Weaver, D. H. (2012). *The global journalist in the 21st century*. Routledge.
- Willnat, L., & Weaver, D. H. (2014). *The American journalist in the digital age: Key Findings*. School of Journalism, Indiana University.
- Woodrow, A. (1996). *Informação, manipulação* (J. M. Barata-Feyo, Trad.). Publicações Dom Quixote. (Trabalho original publicado em 1991)

NOTAS BIOGRÁFICAS

Carlos Camponez é professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX daquela universidade, onde dirige também a *Mediapolis, Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, de que foi fundador. Tem desenvolvido investigação nas áreas do jornalismo regional, ética e deontologia do jornalismo e do estudo de temas socioprofissionais dos

jornalistas. É vogal da Direção da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), jornalista (503A) e faz parte dos corpos sociais do Sindicato de Jornalistas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0832-7174>

Email: carlos.camponez@fl.uc.pt

Morada: Universidade de Coimbra – Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal

Madalena Oliveira doutorou-se em ciências da comunicação pela Universidade do Minho, onde leciona as unidades curriculares de Semiótica, Comunicação e Linguagens, Jornalismo e Jornalismo Sonoro. Membro integrado do Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade, onde é responsável pelas edições eletrónicas (não periódicas) e coordena o Observatório das Políticas de Comunicação e Cultura. A sua investigação incide nas áreas relacionadas com a crítica do jornalismo, cultura sonora e estudos radiofónicos. Atualmente é vice-presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom) e vice-presidente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8866-0000>

Email: madalena.oliveira@ics.uminho.pt

Morada: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Submetido: 26/01/2021 | Aceite: 21/05/2021

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.